

Associações de Militares

COMUNICADO NACIONAL

12 NOV 02

- PREOCUPAÇÕES DOS MILITARES -



1. Em 6 de Novembro passado, deslocaram-se à Assembleia da República (AR) onde, em comissão especializada, participaram na análise do projecto do Orçamento do Estado para a área da Defesa Nacional (OE/DN), Suas Excelências os Ministro e da Defesa Nacional e Secretário de Estado da Defesa e dos Antigos Combatentes.
2. Nesse mesmo dia, as Associação de Militares na Reserva e Reforma (**ASMIR**), Associação Nacional de Sargentos (**ANS**), Associação de Oficiais das Forças Armadas (**AOFA**) e Associação de Praças da Armada (**APA**), promoveram uma acção de reflexão sobre matérias que vêm sendo fonte de preocupação para os militares, que, cumpre realçá-lo, constituiu um êxito assinalável.
3. Das intervenções de Suas Excelências ressaltam como factos positivos o reconhecimento de que a figura da aposentação voluntária não se encontra associada à passagem à situação de reserva a requerimento ou por declaração expressa do militar e o compromisso de encontrar solução para os problemas do sistema retributivo ainda existentes.
4. As declarações de Suas Excelências decorreram claramente quer do significativo conjunto de diligências anteriormente desenvolvidas pelas associações junto do poder político quer da acção de reflexão em si.
5. Mas o processo não terminou aqui, uma vez que não só as palavras de Suas Excelências devem ter tradução, respectivamente, em interpretação vinculativa para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e expressão em diplomas legais concretos, como também se torna indispensável encontrar soluções para outras importantes questões que preocupam os militares, assumindo particular realce, uma vez que se está a tratar do OE/DN, a gravosa manutenção no projecto da Lei do desconto do valor da quota de 10% para a CGA, aquando da passagem à reforma, conjugada com a falta de cumprimento do estabelecido na Lei nº 25/2000 para o complemento de pensão de reforma.
6. A acção de reflexão resultou, como se disse, num êxito considerável e serviu inequivocamente para reforçar a perplexidade dos militares perante a desculpa de que a crise orçamental que o País atravessa impossibilita que a área da Defesa Nacional veja consagradas as verbas de que efectivamente carece, quando é público e notório que existe uma evasão ao fisco da ordem dos mil e oitocentos milhões de contos.
7. Ora os militares não só têm visto, desde há duas décadas, a percentagem do OE que lhe cabe conhecer sucessivos decréscimos, como também não têm qualquer culpa da crise que se instalou.
8. Para além disso, como todos sabem, a questão do défice não surgiu apenas em 2002.
9. As **ASMIR**, **ANS**, **AOFA** e **APA** sentem-se deste modo tentadas, a propósito da proposta da Lei do OE/DN para 2003, a fazer suas as palavras do autor do “Relatório e Parecer” da Comissão de Defesa Nacional sobre a proposta da Lei do OE/DN para 2002, o Excelentíssimo Deputado Henrique Rocha de Freitas, então na oposição e que hoje desempenha elevadas funções governativas:
“O Orçamento da Defesa Nacional não responde às alterações ocorridas no quadro estratégico internacional após os actos terroristas de 11 de Setembro, nem à eventual predisposição da opinião pública para, em nome da segurança, caucionar o aumento dos gastos com a Defesa;”
“O Orçamento da Defesa Nacional...compromete a capacidade operacional dos ramos e pode pôr em causa o cumprimento de algumas missões das Forças Armadas;”
“O Orçamento da Defesa Nacional não comporta a assunção de despesas decorrentes de um conjunto de medidas legislativas já aprovadas...;”
“O Orçamento da Defesa Nacional não contribui para a correcção das injustiças do sistema retributivo dos militares;”

Associações de Militares
COMUNICADO NACIONAL



ASMIR



ANS



AOFA



APA

“O Orçamento da Defesa Nacional não inscreve as verbas necessárias para fazer face aos abonos previstos no artº 9º do Decreto-Lei nº 236/99, de 25 de Junho, com a redacção dada pela Lei nº 25/2000, de 23 de Agosto;”

10. As **ASMIR, ANS, AOFA e APA**, esperam, por outro lado, que, aquando da votação da Lei do Orçamento do Estado para 2003, os Excelentíssimos Deputados da Assembleia da República levem em consideração as preocupações a que as associações vêm dando expressão pública.

ASMIR, ANS, AOFA e APA

ASMIR – Associação dos Militares na Reserva e Reforma – R. Elias Garcia, 45-47 – Apartado 76 – 2331 Entroncamento
Tel: 249 6 68 59 • Fax: 249 6 68 59

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º - 1900-088 Lisboa
Tel: 21 815 49 66 • Fax: 21 815 4958 • E-mail: geral@ans.pt

AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas – R. Infanta Dona Santa Isabel - 2780 Oeiras
Tel: 21 44177 44 • Fax 21 440 68 02 • E-Mail: aofa@oninet.pt

APA – Associação de Praças da Armada – Trav. Do Cego, Nº1A – 1200-103 Lisboa
Tel/Fax:21 390 07 44 • Mail: associacaopracas@sapo.pt